

FORUM SHOPPING:
A ESCOLHA DA
JURISDIÇÃO
MAIS FAVORÁVEL

SOLANO DE CAMARGO

342.16
C 172F

STJ00118111

© 2017 by INTELECTO EDITORA

Produção editorial: Demes Brito
Diretor editorial: Demes Brito
Diagramação e revisão: Formato Serviços
Capa: Intelecto Soluções Inteligentes

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Camargo, Solano de
Forum Shopping: a escolha da jurisdição mais favorável / Solano
de Camargo. – São Paulo: Editora Intelecto, 2017.

1247317

ISBN 978-85-5827-015-1

1. Direito internacional 2. Direito internacional – Jurisdição 3.
Direito internacional privado – Brasil 4. Direito público I. Título.

17-02885

CDU-341

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito internacional 341

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total
ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos
direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo
artigo 184 do Código Penal.

Impresso no Brasil/Printed in Brazil

Nota: O Acordo Ortográfico foi aplicado integralmente nesta obra.

INTELECTO EDITORA
Rua Turiaçu, 390, 5ª andar
Perdizes
05005 000 São Paulo SP
011 2592 8003
intelectosolucoes.com.br

SUMÁRIO

<i>Prefácio</i>	xiii
-----------------------	------

PARTE I

INTRODUÇÃO	3
-------------------------	----------

CAPÍTULO I – CONSIDERAÇÕES GERAIS	11
--	-----------

1.1 A teoria do conflito de jurisdições	19
---	----

1.2 Conflito de jurisdições e Direito Internacional Privado	21
---	----

1.3 Normas delimitadoras da jurisdição	23
--	----

1.4 Princípios de jurisdição internacional	24
--	----

1.4.1 Princípio positivos de incidência e reconhecimento da jurisdição internacional	32
---	----

1.4.1.1 Princípio do acesso à Justiça	32
---	----

1.4.1.2 Princípio do <i>forum necessitatis</i>	35
--	----

1.4.1.3 Princípio da <i>plenitudo jurisdictionis</i>	39
--	----

1.4.1.4 Princípio da <i>committas gentium</i>	42
---	----

1.4.1.5 Princípio da autonomia da vontade	44
---	----

1.4.2 Princípios negativos de incidência e reconhecimento da jurisdição internacional	48
--	----

1.4.2.1 Princípio da imunidade de jurisdição	48
--	----

1.4.2.2 Princípio da efetividade	51
--	----

1.4.2.3 Princípio da jurisdição exorbitante	54
---	----

1.5 <i>Forum game</i> : a teoria dos jogos e a racionalidade na escolha da jurisdição mais favorável	60
---	----

CAPÍTULO 2 – FUNDAMENTOS DO <i>FORUM SHOPPING</i> NO <i>COMMON LAW</i>	69
2.1 Conceito.....	71
2.2 <i>Forum shopping</i> e <i>forum non conveniens</i> na tradição do <i>common law</i>	75
2.2.1 <i>Forum shopping</i> como manipulação do local do litígio.	76
2.2.2 <i>Forum shopping</i> como legítimo exercício de direito	79
2.2.3 Teoria sincrética	81
2.3 <i>Forum non conveniens</i> no Reino Unido	82
2.3.1 As origens na Escócia, desde o <i>forum non competens</i> ao “ <i>forum mais apropriado</i> ”	83
2.3.2 <i>Forum non conveniens</i> na Inglaterra.....	85
2.3.2.1 O princípio “opressivo e vexatório”	85
2.3.2.2 A abordagem do foro mais adequado	86
2.3.2.3 O sistema Bruxelas-Lugano de definição de competência internacional e seus efeitos no Reino Unido	89
2.4 <i>Forum non conveniens</i> nos Estados Unidos	92
2.4.1 Digressão histórica.....	93
2.4.2 Gilbert and Koster e a doutrina contemporânea	94
2.4.3 Piper Aircraft e a atual posição da Suprema Corte	96
2.4.4 Cortesia internacional	98
2.5 <i>Forum shopping</i> no âmbito do direito da União Europeia	103

PARTE II

CAPÍTULO 3 – <i>FORUM SHOPPING</i> NO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO BRASILEIRO	109
3.1 Breve síntese evolutiva da jurisdição internacional da Justiça brasileira	109
3.2 Competência internacional concorrente ou exclusiva.....	115
3.3 Liberdade e poder discricionário.....	118
3.4 Manifestação do <i>forum shopping</i> em seus diversos níveis no Direito Internacional Privado Brasileiro	123
3.4.1 A escolha da jurisdição	124
3.4.1.1 Primeiro nível de <i>forum shopping</i> : escolha da jurisdição para aplicação do método de Direito Internacional Privado.....	125

3.4.1.2 Segundo nível de <i>forum shopping</i> : escolha da jurisdição e do direito aplicável pela vontade das partes	129
3.4.1.3 Terceiro nível de <i>forum shopping</i> : coisa julgada estrangeira	131
3.4.2 Efeitos do <i>forum shopping</i> internacional	134
3.4.2.1 Conexão e litispendência internacional: o Protocolo de Las Leñas	137
3.4.2.2 A prevenção de foro internacional: Protocolo de Ouro Preto.....	142
3.4.2.3 <i>Forum shopping</i> em matéria contratual: o Protocolo de Buenos Aires.....	144
3.5 Direito subjetivo e abuso do direito no <i>forum shopping</i>	148
3.6 O abuso do direito no ordenamento jurídico brasileiro.....	149
3.6.1 Abuso do direito processual.....	151
3.6.2 Critérios para identificação do abuso	152
3.7 <i>Forum shopping</i> e abuso processual.....	155
3.7.1 Dever de lealdade	156
3.7.2 Uso do processo para atingimento de objetivo ilegal....	158
CAPÍTULO 4 – FORUM SHOPPING E ABUSO DO DIREITO PROCESSUAL – CASUÍSTICA INTERNACIONAL	163
4.1 O torpedo italiano: conexão de processos no âmbito da União Europeia.....	163
4.2 O <i>libel tourism</i> inglês: <i>defamation laws</i> e liberdade de expressão	171
4.3 <i>Anti-suit injunctions</i>	179
CONCLUSÕES E O FUTURO DO FORUM SHOPPING	187
<i>Referências</i>	193